



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS

5. SETEMBRO. 2018

Mário Nogueira

Secretário-Geral da FENPROF

Colegas, Camaradas e Amigos,

Estamos aqui hoje, dois dias, apenas, depois de se ter iniciado o ano escolar, também para que não restem dúvidas sobre a determinação da FENPROF e dos seus sindicatos, na luta por justiça e respeito pelos professores, por uma Escola Pública de qualidade e por um efetivo investimento na Educação.

Os motivos da luta dos professores são conhecidos de todos nós e também sabemos que quando terminou a greve às avaliações, em 13 de julho, que não estávamos no fim da luta, mas, num momento em que não se justificava continuar, pelo que decidimos transferi-la, depois de uma auscultação que envolveu mais de 50.000 professores, para o novo ano escolar, desde o seu início. Ele aí está e nós também. Estamos aqui a receber o legado do ano anterior e a afirmar a nossa convicção na justeza das posições dos professores e a nossa determinação em prosseguir a luta.

Sabemos que não será fácil, pois vemos, ouvimos e lemos, e isso não nos permite ignorar a realidade. Vimos o atual governo minoritário do PS a convergir com a direita nas leis laborais, pelo que sabemos que a sua disponibilidade para satisfazer a ambição dos patrões é maior do que para dar resposta às justas reivindicações de quem trabalha; ouvimos o que, até no estrangeiro, o Primeiro-Ministro afirmou sobre as reivindicações dos professores; lemos as entrevistas, tanto do Primeiro-Ministro, como do Ministro das Finanças... temos consciência de qual é o ponto de partida do governo para as negociações que serão retomadas dentro de dois dias e sabemos que os governantes pretendem que esse também seja o ponto de chegada.

Sabemos que não será fácil, pois vamos acompanhando as tentativas de, das mais variadas formas, na comunicação social, na blogosfera ou nas chamadas redes sociais, pela direita, em defesa das suas posições retrógradas, e por alguns aparentemente radicais, dividir os professores, denegrir a mais importante e representativa organização de professores, insultar e injuriar os seus dirigentes, promover campanhas infames contra alguns desses dirigentes em que, contudo, não são acompanhados pela esmagadora maioria dos professores. Objetivamente, uns e outros convergem no mesmo sentido: fragilizar a luta dos professores e, no plano da luta, empurrá-los para becos sem saída.

Sabemos que não será fácil, pois são notórias as manobras do poder e de alguns dos comentadores de serviço para manipular a opinião pública, mentindo sem vergonha, se isso lhes permitir colocá-la contra os professores e a sua luta.

Sabemos que não é fácil, mas sabemos, também, e isso é o mais importante, que a razão está do nosso lado. E quando se está do lado da razão, com maior ou menor dificuldade, a justeza das posições que se defendem é reconhecida. Se juntarmos a isso a determinação na luta em sua defesa, mais tarde ou mais cedo, os resultados surgem. Foi assim com o fim da PACC ou das BCE, com a reposição do valor integral dos salários, com a queda da sobretaxa de IRS, com o retomar da colocação dos docentes da mobilidade interna em horários completos e incompletos ou com a eliminação da requalificação. Mas, se recuarmos um pouco, já tinha sido assim com o fim da divisão da carreira e, recuando ainda mais, com o fim da prova de candidatura ao 7.º escalão ou, já por duas vezes, com a contagem integral do tempo que havia sido perdido para efeitos de carreira. Vai ser assim outra vez, queiramos nós que assim seja e saibamos lutar para que se concretize.

A luta que nos propomos desenvolver será a que os professores estiverem disponíveis para levar por diante, assumindo o compromisso de a fazer. É evidente que, de cada vez que avançarmos para uma forma de luta não temos, nem conseguiríamos, fazer uma auscultação nas escolas. Isso seria, até, emperrar e burocratizar a luta e desvalorizar o papel da direção sindical. Mas não podemos deixar de estar atentos ao que chega das escolas e são os dirigentes e delegados quem pode e deve fazer essa ligação. É claro que, no terreno, encontraremos sempre os dois extremos: aqueles que nada querem fazer, embora, muitas vezes, sejam os primeiros a perguntar quando chegam os benefícios; aqueles que acham que os resultados só se conseguem se entrarmos a rachar, achando que é com cercos e boicotes que estes se obtêm. Somos professores. A nossa missão é construir e não boicotar. Construir

uma profissão mais valorizada e respeitada; construi uma Escola Pública mais democrática; construir um futuro melhor para Portugal.

A luta extremada divide os professores, porque ilude alguns, isola da opinião pública e dá trunfos ao lado contrário para avançar com medidas inaceitáveis que acabam por quase parecer admissíveis. A quem, objetivamente, serve essa postura? Ao poder, naturalmente. A luta tem um forte sentido político e a política faz-se com estratégia, com a razão a prevalecer sobre o impulso, com unidade e não com divisão. Foi assim que a FENPROF sempre contribuiu para que os professores e a Escola Pública obtivessem resultados que os valorizassem; será assim que a FENPROF continuará a dar o seu contributo para dignificar e valorizar os professores, a Escola Pública e a Educação.

O Ministério da Educação e o governo decidiram transferir para este ano problemas que se arrastam há muito: falta investimento na Educação; nas escolas, escasseiam os recursos humanos docentes e não docentes; cada ano letivo inicia-se com grandes mudanças, decorrentes de novos quadros legais que entram em vigor, ainda por cima, em cima da hora (o despacho de organização do ano letivo, o regime de inclusão escolar e o diploma sobre currículos saíram quando os professores estavam prestes a entrar em férias); mantêm-se inúmeras situações geradoras de instabilidade nos docentes; as condições de trabalho dos professores não melhoram e os seus horários vão-se tornando cada vez mais pesados, o que tem implicações, e de que maneira, na sua disponibilidade física, psíquica e psicológica para continuar a dar convenientemente todas as respostas que lhes são exigidas.

Nenhum dos problemas que afetam o desempenho profissional dos professores e dos educadores, a sua estabilidade ou a sua carreira, foi resolvido! Nenhuma medida foi tomada para atenuar a situação de desgaste e exaustão emocional em que, comprovadamente, se encontram, como nada foi feito para garantir o seu rejuvenescimento. Afirmaram os governantes que a discussão sobre o regime de aposentação deixou de ser um tabu, mas o certo é que quando se pretende entrar nessa discussão, logo a rejeitam, o que faz destacar a hipocrisia das suas palavras quando, nos fóruns nacionais ou internacionais, manifestam preocupação com o reconhecido e nefasto envelhecimento do corpo docente das escolas.

E se a aprovação de medidas para combater o desgaste e o envelhecimento era compromisso que o governo assumiu em 18 de novembro de 2017, outros há, relacionados com a carreira docente, que também estão por cumprir: hoje, 5 de setembro, ainda está por concretizar o reposicionamento na carreira, apesar de o respetivo diploma legal ter sido publicado em 4 maio, como está por realizar, a 4 meses do final de 2018, a negociação sobre a

forma e o prazo para recuperar 9 anos, 4 meses e 2 dias cumpridos no período do congelamento, pois o governo insiste em desrespeitar, não só o compromisso, como a posição que a Assembleia da República aprovou e, pior que tudo isso, a Lei do Orçamento do Estado para o ano em curso, que negociou com PCP, BE e PEV.

Afirmam aqueles partidos que da negociação com o governo (uma negociação que confirmam ter sido muito difícil e decorrido até ao último minuto) resultou o reconhecimento da recuperação integral do tempo de serviço, daí a lei só referir o prazo e o modo. O Primeiro-Ministro diz, agora, que todos eles estão enganados, pois não foi nada disso que acordaram... O que está, então, a acontecer? Todos os partidos se equivocaram e entenderam coisa diferente do que, realmente, estavam a negociar? Ou estará o governo a querer reinterpretar o que foi negociado, passando, assim, a perna àqueles com quem negociou? Se é isso, então que condições tem o governo para negociar, com aqueles a quem enganou, um novo OE para 2019?

Estamos conscientes que a contagem do tempo de serviço dos professores é assunto do OE para 2019, mas também estamos certos que antes de negociarem o próximo Orçamento com o governo, PCP, BE e PEV quererão avaliar o grau de cumprimento do que vai expirar e exigirão que este, o de 2018, seja integralmente cumprido. Mau seria se assim não fosse, até porque em 2019 o OE terá de contemplar as verbas para o primeiro momento do faseamento que se prolongará até 2013.

O governo tem menos de 4 meses para cumprir a lei do Orçamento que a Assembleia da República aprovou e, no do próximo ano, o que terá de prever são as verbas para o primeiro faseamento da recuperação. Poderão ser 2 anos 9 meses e 18 dias, desde que fique claro que até 2023, a uma média de 25% por ano, serão recuperados os restantes 6 anos, 6 meses e 14 dias. Recusar isto e não sair de uma posição que apaga, nem que seja parte do tempo que os professores cumpriram, terá como única resposta a sua luta.

E só nos faltava agora esta de a comissão europeia ingerir no curso das negociações em Portugal, sejam as nossas, professores, ou as de outros trabalhadores, como decorre do relatório ontem conhecido. O que pretende a comissão europeia, isso bem sabemos. Fazendo coro com o FMI, pretende que o dinheiro dos portugueses não seja para melhorar os serviços públicos que respondem às suas necessidades, nem para melhorar a vida de quem trabalha. Querem continuar a apropriar-se desse dinheiro por conta de uma dívida que os portugueses

não contraíram. Vamos ver de que lado vai estar o governo português: se do lado daqueles que governa, se do lado daqueles que, à custa dos portugueses, se querem governar.

Mas já que falamos em relatórios internacionais, é curioso como pouco se falou do que o FMI, a propósito da Grécia, divulgou há semanas onde se pode ler que dos países que foram submetidos à agressão da *troika* – Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha – o nosso foi aquele em que, afinal, não houve milagre mas truque de ilusionismo: a dita recuperação não se deveu ao aumento de ganhos de produtividade, fez-se à custa dos salários dos trabalhadores, que foram os que mais se desvalorizaram nestes países, caindo 15% entre 2014 e 2017. E é aqui que também entra a necessidade de revisão salarial para toda a Função Pública, que não acontece desde 2009, independentemente do descongelamento das carreiras e da contabilização do tempo de serviço.

Neste Encontro, não poderíamos, também, deixar de condenar o ataque desferido pelo ME contra a natureza das reuniões de conselho de turma de avaliação dos alunos, impondo uma verdadeira aberração pedagógica, ao aplicar as normas estabelecidas no Código de Procedimento Administrativo para efeitos de verificação do quórum. É uma decisão que descredibiliza quem não se coíbe de encher a boca com pedagogia e que surge como reação a um momento concreto de luta, procurando condicioná-la para o futuro. Não podemos deixar de afirmar, porque é verdade, que a este ponto nem a direita ousou chegar, mesmo quando confrontada com a luta dos professores em período de avaliações. Quer dizer que é melhor a direita na Educação do que a atual equipa? Não, mas significa que a atual equipa ministerial já perdeu a vergonha e começa a revelar-se capaz de tudo, até de se negar a si própria.

Colegas e Camaradas,

Como bem sabemos, já não é disfarçável o clima de insatisfação e mal-estar nos professores, para o que contribuem estes e outros problemas, como o elevado índice de precariedade laboral e a existência de milhares de docentes que permanecem desempregados, quando as escolas e o país tanto precisam do seu trabalho. E há também problemas que afetam, especialmente, grupos de docentes que, o facto de serem pequenos, não lhes confere menor importância. Refiro-me, por exemplo, aos colegas de Teatro e Expressão Dramática, aos que se mantêm no nível 2 de vencimentos ou aos educadores que prestaram serviço em creches. Para resolver estes problemas enviámos ofícios aos responsáveis do Ministério da Educação aos quais, porém, estes nem se deram ao trabalho de responder. Iremos insistir.

Uma palavra, ainda, para o processo de transferência de competências para os municípios, um processo que levará à municipalização de respostas públicas, desde logo da Educação, sendo, dessa forma, dado um passo enorme no sentido do agravamento de assimetrias que porão ainda mais em causa a igualdade de oportunidades a que todos os alunos têm direito. Estamos contra esse processo, precisamente por sermos favoráveis a uma verdadeira descentralização, só possível num quadro de regionalização democrática do território. O que decorre da Lei 50/2018 é o abrir de portas à ingerência dos municípios na vida das escolas, à desresponsabilização do Estado pelo financiamento da Educação Pública, com a transferência de parte desse financiamento para os quadros comunitários ditos de apoio, e o escancarar portas à privatização. Por sermos contra, escrevemos aos municípios, a todos, apelando à sua não adesão a este processo, sendo esta mais uma frente de luta a que teremos de dar resposta.

Deste encontro pretendemos que saiam as exigências mais imediatas dos professores e educadores:

- A recuperação integral do tempo de serviço;
- O imediato reposicionamento dos professores que ingressaram na carreira durante o último período de congelamento;
- A regularização dos horários de trabalho;
- A aprovação de normas específicas de aposentação dos docentes;
- A revisão do regime de concursos;
- O reforço do investimento na Educação;
- A reposição das regras de verificação do quórum das reuniões de conselho de turma;
- O adiamento, por um ano, da aplicação do regime de inclusão escolar;
- A negociação de um regime de verdadeira descentralização do sistema educativo;
- A reposição da gestão democrática das escolas.

Porém, o que mais queremos que saia deste encontro nacional de dirigentes, delegados e ativistas sindicais é a certeza de que todos nós assumimos o compromisso de luta que se torna indispensável. Um compromisso que não obriga, apenas, a lutar, mas também a mobilizar, nas escolas, os nossos colegas. Isso só é possível com o seu esclarecimento, com o debate franco

e democrático, com a desmontagem, sem medo, da demagogia, da mentira e do radicalismo, argumentando, repondo a verdade e promovendo a unidade e coesão dos professores.

O compromisso que, se a negociação correr mal na próxima sexta-feira, passa por dinamizar os plenários que serão realizados em todas as escolas na abertura do ano letivo; distribuir aos pais e encarregados de educação um texto explicando por que lutam os professores; garantir uma grande greve na semana de 1 a 4 de outubro e uma manifestação enormíssima em 5 de outubro, Dia Mundial do Professor. Estaremos, nessa altura, na primeira semana de outubro, num momento crucial das negociações, entre os partidos e o governo, da proposta de Orçamento do Estado para 2019 e, esperamos, da negociação connosco de aspetos fundamentais para a nossa carreira e as nossas condições de trabalho.

Provavelmente, porém, não poderemos ficar por aqui. É mais do que certo de que teremos de estar na AR quando o governo aí entregar a proposta de OE; estar na AR, em grande manifestação, quando o ministro aí se deslocar para debater o orçamento específico para a Educação; voltar a estar na AR para reunir com todos os grupos parlamentares apresentando as nossas propostas para o OE para 2019. E a confirmar-se que os horários de trabalho dos professores não se regularizam e até, em muitos casos, se agravam, poderemos ter de convocar greve a toda a atividade não letiva de estabelecimento e também às reuniões, por tempo prolongado.

A nossa disposição é resolver os problemas. Preferencialmente, resolvê-los pela via negocial, mas se esta se revelar inadequada ou insuficiente, como afirma a proposta de Moção que se apresenta, a luta será o caminho. Dizem alguns que sobrelevamos a defesa dos direitos dos professores aos interesses da Escola Pública. Estão enganados, a questão é que sem professores valorizados, dignificados e respeitados não há condições para que a Escola Pública se afirme democrática, ou seja, para todos, inclusiva e de elevada qualidade.

Viva a luta dos professores

Viva a FENPROF